



PROJETO DE LEI Nº 54, de 13 de Abril de 2020.

Dispõe sobre medida econômica, emergencial e temporária, destinada aos microempreendedores individuais –MEI's e às micro e pequenas empresas –MPE's do Município de Itabirito, que poderá ser adotada pelo Município para o enfrentamento dos impactos econômicos locais decorrentes das medidas restritivas de funcionamento de atividades empresariais, em razão do Decreto nº 13.095, de 19 de março de 2.020, e alterações posteriores, visando à contenção da pandemia decorrente da doença infecciosa viral respiratória causada pelo coronavírus - COVID-19.

Art. 1º - Esta lei institui normas de caráter transitório sobre medida econômica, emergencial e temporária, destinada aos microempreendedores individuais – MEI's e às micro e pequenas empresas – MPE's do Município de Itabirito, que poderá ser adotada pelo Município para o enfrentamento dos impactos econômicos locais decorrentes das medidas restritivas de funcionamento de atividades empresariais, em razão do Decreto Municipal Nº 13095, de 19 de março de 2020, e alterações posteriores, visando à contenção da pandemia ocasionada pela doença infecciosa viral respiratória – COVID-19.

Parágrafo Único – A autorização excepcional para a adoção da referida medida se dá em razão da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, do Decreto Estadual de Minas Gerais NE nº 113, de 12 de março de 2.020, que também declarou Situação de Emergência no Estado, e do Decreto Municipal Nº 13.086, de 17 de março de 2.020, que declarou Situação de Emergência no Município.

Art. 2º - A medida de que trata a presente lei tem por escopo o apoio financeiro, através de recurso do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FUNDI, regido pela Lei nº 2836, de 26 de outubro de 2011, e alterações posteriores, às atividades econômicas desenvolvidas no Município, fortemente impactadas pela crise decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único – Em razão de os recurso do FUNDI estarem sendo destinados à concessão, emergencial e temporária, do incentivo econômico de que trata a presente lei, durante a vigência dessa, **fica suspensa a aplicação da Lei nº 2836, de 26 de outubro 2011, com alterações posteriores.**

Art. 3º - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE, poderá conceder aos microempreendedores individuais – MEI's e às micro e pequenas empresas – MPE's do Município de Itabirito/MG, um empréstimo







para capital de giro, num prazo de 90 ( noventa dias), contados da publicação desta lei, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1º - O empréstimo de que trata o *caput* do art. 3º será pago no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, após o término do prazo de carência de 3 (três) meses, com encargos financeiros de 4% (quatro por cento) ao ano, sem incidência de Taxa Referencial – TR.

§ 2º O valor máximo do empréstimo a ser concedido a cada interessado será definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE, tendo em vista a disponibilidade e a capacidade financeira do FUNDI, bem como a capacidade financeira do solicitante e o escopo de atender ao maior número possível de interessados.

Art. 4º - A concessão do incentivo previsto no art. 3º desta lei dependerá da observância das seguintes condições:

- I - Existência de disponibilidade financeira no FUNDI;
- II - Limite máximo de concessão de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais);
- III - Deferimento da concessão pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, em conjunto, após a análise e aprovação da documentação do solicitante pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- IV - Prestação de garantia fidejussória e/ou real por 2 (dois) fiadores, que deverão indicar os bens objeto da garantia, se for o caso.

Parágrafo Único - Quaisquer possíveis despesas cartorárias decorrentes da operação financeira ficarão a cargo do beneficiário do empréstimo.

Art. 5º - A documentação a que se refere o inciso III do art. 4º desta lei consiste na seguinte:

- I - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - certificado da condição de microempreendedor individual – MEI ou contrato social da empresa, devidamente atualizado e registrado nos órgãos competentes;
- III - documentos pessoais e de comprovação de residência dos microempreendedores individuais, dos sócios das micro e pequenas empresas e, ainda, dos fiadores do contrato de empréstimo;
- IV - certidão negativa dos débitos federais, estaduais e municipais; e
- V - outros documentos que sejam necessários à comprovação das informações apresentadas pelo solicitante ou requisitadas pela Secretaria.

Parágrafo Único – Tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13726, de 08 de outubro de 2018, o reconhecimento de firma e a autenticidade das cópias dos documentos apresentados poderão ser feitos pelos servidores públicos da própria Secretaria, mediante confronto da assinatura, feita presencialmente.

Art. 6º - A liberação dos recursos da conta do FUNDI, junto à instituição financeira, caberá ao Chefe do Poder Executivo e ao Secretário Municipal de Desenvolvimento econômico, em conjunto.



## PREFEITURA DE ITABIRITO

Art. 7º - Caberão à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos referentes aos incentivos econômicos de que trata a presente lei.

Art. 8º - A prestação de informações falsas, a fraude e a prática de outros atos ilícitos, devidamente comprovados em processo administrativo em que se assegure a observância do contraditório e da ampla defesa, importarão no vencimento antecipado do saldo devedor, implicando no consequente ressarcimento do valor recebido ou do que foi utilizado indevidamente, acrescido de multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais cabíveis.


Art. 9º - O empréstimo financeiro instituído por esta lei fica condicionado à não demissão de qualquer dos funcionários da pessoa jurídica beneficiada, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato de empréstimo, sob pena de vencimento antecipado dos valores devidos, acrescidos de multa de 10% sobre o valor total do empréstimo.

Parágrafo Único – Fica ressalvada a possibilidade de demissão por justa causa sem que isso implique nas consequências determinadas no *caput* do art. 10.

Art. 10 – As regras procedimentais da Lei Municipal nº 2836, de 26 de outubro 2011, com alterações posteriores, serão aplicáveis no que couber.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá **vigência temporária de 90 (noventa) dias**, a contar da mesma data, podendo ser prorrogável por igual período.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 13 de abril de 2020.

  
Orlando Amorim Caldeira  
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DE  
ITABIRITO

Av. Queiroz Júnior, 635 ► cep 35450-000 | Itabirito ► Minas Gerais